



Arte Antônio Poteiro

Projeto Construindo Desenvolvimento Transformador 2016/2018



Relatório da Avaliação Externa sobre a Política Referencial Direito à Terra, Água e Território

Consultores: Rogério Suniga Rosa
Eliziana Vieira de Araújo

Brasil, agosto 2018

IDENTIFICAÇÃO

Consultor: Rogério Súniga Rosa
Eliziana Vieira de Araújo

Nome do projeto: Construindo o Desenvolvimento Transformador 2016/2018-
CESE/PPM

Data: julho 2018

RESUMO

Título: Avaliação do Projeto Construindo o Desenvolvimento Transformador 2016/2018, com foco no Direito à Terra, Água e Território.

Resumo: Avaliação do Projeto Construindo o Desenvolvimento Transformador 2016/2018 – parceria CESE/PPM – com foco no Direito à Terra, Água e Território, contendo a síntese dos olhares dos atores sociais envolvidos.

AVALIAÇÃO: substantivo feminino

do latim, VALERE, que significa *ter saúde, vigor, força, ser de valor*

Apreciar o mérito, a qualidade e as vantagens

Formar ideia

Estimar

Pesar

Qualificar

Classificar

Medir

Mensurar

Estabelecer valor

Aquilatar

Valorar

Apreciar competências

Identificar capacidades

Considerar

Analisar

Aferir

Verificar

Examinar

Ponderar

Conjecturar

Investigar

Julgar

Arbitrar

Equacionar

Crer

Provar

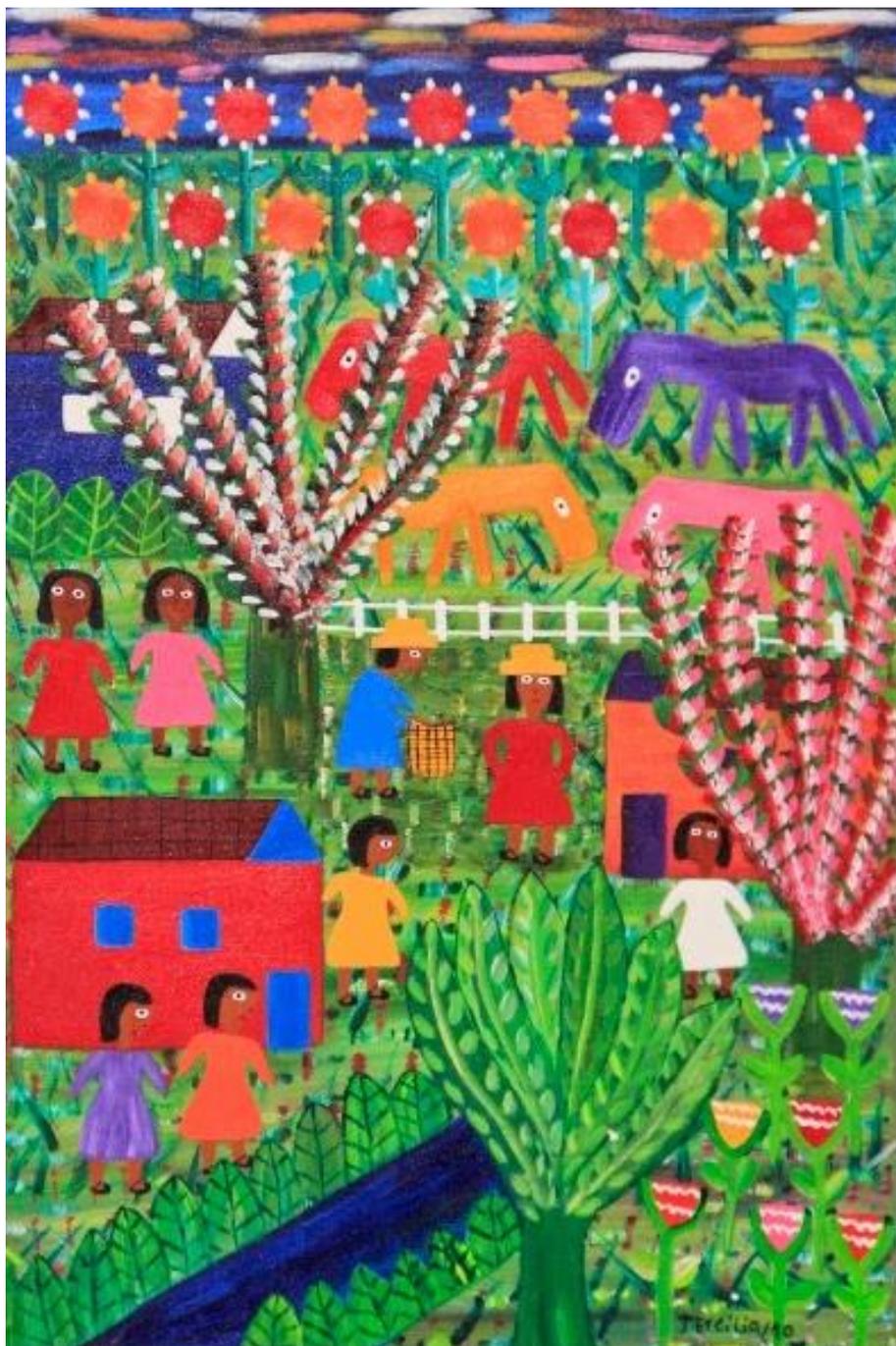
Evidenciar

Imaginar

Prever

Analisar a extensão e a grandeza

Reconhecer a intensidade e a força



Arte naif de Tercília dos Santos

APRESENTAÇÃO

A avaliação é uma construção de sentidos diante de uma realidade complexa e implicar os atores sociais de forma intrínseca ao processo avaliativo amplia a magnitude de sentidos possíveis. Mais do que tudo, a avaliação pode tornar-se espaço de produção de aprendizagens e de construção de consciência crítica sobre o nosso mundo. (FINKLER e DELL'AGLIO, 2013)

Este documento sintetiza o processo de avaliação participativa realizado no período de abril a julho de 2018, tendo como foco a ação da CESE - Coordenadoria de Serviço Ecumênico - na esfera do Direito à Terra, Água e Território (DTAT). A análise da atuação institucional referenciou-se no Planejamento Trienal 2016/2018, dialogando com o Projeto Construindo Desenvolvimento Transformador, fruto da parceria com a *Pão Para o Mundo*.

Segundo o Manual orientador de avaliação da Pão para o Mundo:

No entendimento da cooperação internacional, avaliar significa a “apreciação sistemática e objetiva de um projeto, programa ou política, em curso ou finalizado, quanto à sua concepção, execução e resultados. O propósito é determinar a pertinência e o grau de cumprimento dos objetivos, a eficiência em matéria de desenvolvimento, a eficácia, o impacto e a sustentabilidade”.

Nesta perspectiva, a consultoria contratada buscou estabelecer um espaço de reflexão individual e coletiva, envolvendo os atores e atrizes sociais que atuaram na concretização das ações de DTAT, através dos diversos campos de ação da CESE: *i*. Apoio a projetos; *ii*. Formação; *iii*. Articulação e Incidência política; *iv*. Diálogo e Relações Ecumênicas; *v*. Comunicação.

Este relatório inicia com um resumo que apresenta sucintamente os principais elementos da avaliação, traçando um breve panorama do objeto analisado, as constatações mais importantes e recomendações. A seguir, há uma introdução que aporta uma descrição sucinta sobre a CESE, abordando também o seu posicionamento no atual cenário de retrocessos do Brasil. Na sequência faz-se uma contextualização analisando a conjuntura internacional e nacional e sua interface e influência na esfera do direito à terra, água e território. Dando continuidade, apresentam-se os elementos da avaliação – objetivos e foco da avaliação, escopo do projeto e metodologia. A seguir são descritos os resultados da avaliação a partir da abordagem dos critérios de avaliação: *i*. Relevância; *ii*. Eficácia; *iii*. Eficiência; *iv*. Impacto e *v*. Sustentabilidade. Após, apresenta-se as conclusões gerais e as recomendações. O relatório finaliza com as considerações finais e as referências consultadas. Há um conjunto de apêndices e um anexo em arquivos eletrônicos que complementam o presente documento. As ilustrações que trazem luz e cor a estes escritos são compostas por arte naif de dois artistas populares: Antônio Poteiro e Tercília dos Santos.

LISTA DE SIGLAS

AATR	Associação de Advogadas e Advogados dos Trabalhadores Rurais
ABA	Articulação Baiana de Agroecologia
Afarma	Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Riacho dos Machados
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
Apoiname	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ASA	Articulação do Semiárido
ASA (2)	Ação Social Arquidiocesana
CAA/NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
Cammpi	Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe
CEBI	Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos
Cepac	Centro de Educação Popular e Apoio ao Desenvolvimento das Comunidades Rurais do Cerrado
Cepege	Centro de Pesquisa e Capacitação Geraldo Garcia
CESE	Centro de Serviço Ecumênico
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CLAI	Conselho Latino Americano de Igrejas
Coiab	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
Conic	Conselho Nacional das Igrejas Cristãs
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DIC	Direito à Cidade
DID	Direito à Identidade na Diversidade
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DTAT	Direito à Terra, Água e Território
DTR	Direito a Trabalho e Renda
EC	Emenda Constitucional
FEACT	Fórum Ecumênico ACT Brasil
FNEI	Fórum Nacional de Educação Indígena
FNRA	Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
Fonajune	Fórum Nacional de Juventude Negra
Funai	Fundação Nacional do Índio
ICCO	Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento
HEKS	<i>Hilfswerk der Evangelischen Kirchen Schweiz</i> (Organização de Auxílio das Igrejas Protestantes da Suíça)
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEAB	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPIB	Igreja Presbiteriana Independente do Brasil

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPUB	Igreja Presbiteriana Unida do Brasil
LAR	Legião da Assistência Recuperadora
LGTB	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MCPS	Movimento de Cultural Popular do Subúrbio
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
MPA	Movimento dos(as) Pequenos(as) Agricultores(as)
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
Opalc	Observatório Político da América Latina e do Caribe
PAD	Processo de Articulação e Diálogo
PIB	Produto Interno Bruto
PNADC	Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPM	Pão para o Mundo
PPP	Programa de pequenos Projetos
REPROTAI	Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe
Sesai	Secretaria Especial de Saúde Indígena
Sinfrajupe	Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia
STR	Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais
TDH Swcheiz	Terra dos Homens Suíça
TDR	Termo de Referência
TPT	Tribunal Popular da Terra
TVE	TV Educativa
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS

Gráficos

Gráfico 1. Conflitos no campo: Brasil 2002-2016

Gráfico 2. Conflitos pela água segundo causador da violência. Brasil.2016

Gráfico 3. Índice de assassinatos no campo 1985-2016 (projeção 2017)

Gráfico 4. Avaliação do critério Pertinência/Relevância pelas parceiras da CESE

Gráfico 5. Avaliação do critério Eficácia pelas parceiras da CESE

Gráfico 6. Avaliação do enfoque de gênero pelas parceiras da CESE

Gráfico 7. Avaliação da ação com juventude pelas parceiras da CESE

Gráfico 8. Avaliação do critério Eficiência pelas parceiras da CESE

Gráfico 9. Avaliação do critério Impacto pelas parceiras da CESE

Gráfico 10. Avaliação do critério Sustentabilidade pelas parceiras da CESE

Tabelas

Tabela 1. Metas e resultados do Serviço de Projetos

Tabela 2. Projetos apoiados relacionados a DTAT – período 2016 /2017

Tabela 3. Serviço de Projetos em 2016 e 2017

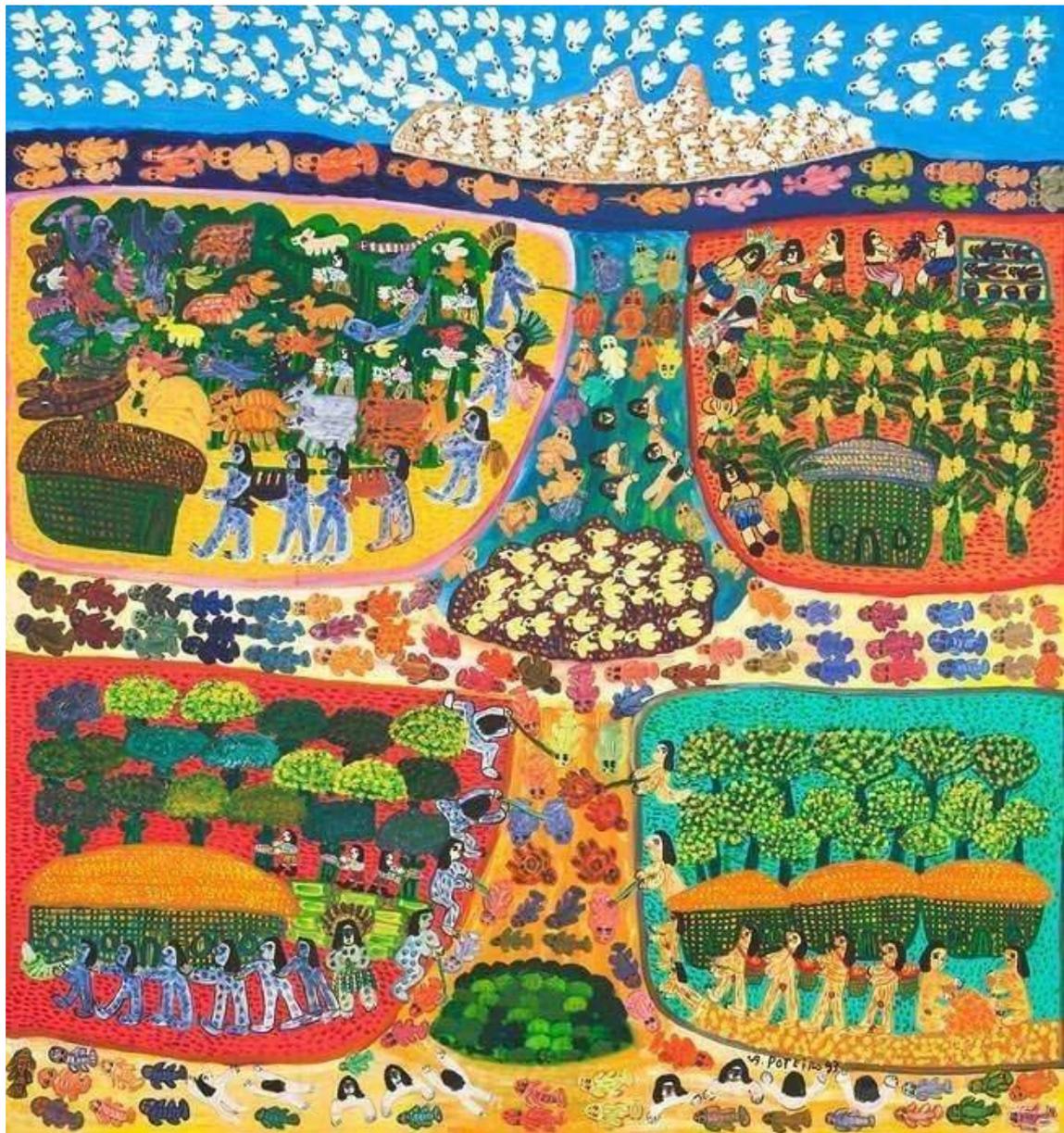
Tabela 4. Aplicação dos recursos da CESE em 2016 e 2017

Quadros

Quadro 1. Grupos focais com organizações parceiras

SUMÁRIO

Resumo	10
Introdução	20
Análise de Contexto	24
O Cenário Político Internacional	26
O Contexto Nacional	27
As Consequências do Golpe	29
Terra, Água e Território	30
Elementos da Avaliação	36
Objetivos	37
Foco da Avaliação	37
Escopo do Projeto Construindo Desenvolvimento Transformador	38
Metodologia da Avaliação	39
Resultados da Avaliação	43
Relevância e pertinência	45
Eficácia	54
Eficiência	75
Impacto	82
Sustentabilidade	88
Conclusões	95
Recomendações	99
Considerações Finais	103
Referências	105
APÊNDICES (arquivo eletrônico)	
Apêndice I Instrumentos de Pesquisa	
Apêndice II Roteiros das entrevistas	
Apêndice III Roteiro Grupo Focal	
Apêndice IV Organizações entrevistadas	
Apêndice V Critérios de Avaliação	
ANEXO (arquivo eletrônico)	
Termo de Referência	



Arte naif de Antônio Poteiro

RESUMO

APRESENTAÇÃO

Este documento sintetiza o processo de avaliação participativa realizado no período de abril a julho de 2018, tendo como foco a ação da CESE - Coordenadoria de Serviço Ecumênico - na esfera do Direito à Terra, Água e Território (DTAT). A análise da atuação institucional referenciou-se no Planejamento Trienal 2016/2018, dialogando com o Projeto Construindo Desenvolvimento Transformador, fruto da parceria com a *Pão Para o Mundo*.

Foi contratada uma consultoria externa que facilitou um processo de reflexão individual e coletiva, envolvendo os atores e atrizes sociais que atuaram na concretização das ações de DTAT, através dos diversos campos de ação da CESE: *i.* Apoio a projetos; *ii.* Formação; *iii.* Articulação e Incidência política; *iv.* Diálogo e Relações Ecumênicas; *v.* Comunicação.

CONTEXTO

O cenário internacional atual mostra a agudização das desigualdades e concentração de riqueza, fruto da centralização do poder em um grupo restrito de grandes corporações transnacionais como premissa do neoliberalismo, ampliando os impactos socioambientais e culturais. Ao mesmo tempo, observa-se uma grande tendência de surgimento e/ou retomada de setores ultraconservadores em várias partes do mundo, manifestando preconceitos e um alto grau de intolerância. No mesmo movimento, o encolhimento do espaço jurídico-político ocupado pelos Estados Nacionais vem debilitando a soberania popular.

O Brasil tem sido exemplar nesta tendência, como um país repleto de contradições, figurando entre as potências mundiais, ao mesmo tempo em que possui graves problemas socioambientais e um elevado grau de desigualdade e injustiças sociais.

Este quadro vem sendo agravado pela grave crise política que assola o país, após o golpe de 2016 que depôs a presidenta Dilma Rousseff e tornou Luiz Inácio Lula da Silva preso político, impedindo-o de concorrer às eleições presidenciais de 2018.

São tempos de grave e intenso recrudescimento e retrocessos político, com impactos econômicos e sociais para a classe trabalhadora e segmentos populares. No âmbito de DTAT, o Brasil vive a reafirmação do agronegócio e sua dinâmica expansiva sobre territórios ocupados pelos povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultura familiar e camponesa. Neste contexto, configura-se o avanço da compra de terras por empresas estrangeiras, dentro da lógica das grandes aquisições de terra globalmente, impulsionadas por demandas por alimentos e *commodities*, biocombustíveis, madeira e pelo controle das águas. Ao mesmo tempo, os impactos ambientais são devastadores,

com o Brasil na liderança do consumo de agrotóxicos num modelo agroexportador que dizima os recursos naturais.

As organizações populares e movimentos sociais vêm desenvolvendo estratégias de resistência e luta, ao mesmo tempo em que enfrentam a intensificação da criminalização e do aumento vertiginoso da violência no campo. Este quadro acirrado de conflitualidade está relacionado às disputas territoriais provocadas pelas investidas de monopolização pelo capital, que se contrapõe diametralmente à lógica das diversas e distintas territorialidades dos sujeitos explorados no campo, que travam uma luta incessante pelos seus territórios, pela terra e, por conseguinte, pela água para a vida.

Diante desta conjuntura, a perspectiva de atuação da CESE vem sendo permanentemente revista e realinhada, configurando e fortalecendo vertentes de atuação focadas na luta contra as perdas de direitos e na urgência de resistir à ofensiva de setores ultraconservadores, com o crescimento da intolerância na esfera política e religiosa.

Assim, a CESE passa a ter um olhar mais acurado para a resistência democrática, através do apoio às organizações e movimentos sociais que atuam neste sentido na esfera local, territorial e nacional. Ao mesmo tempo, há o desafio de ampliar os canais de diálogo e articulação institucional com o campo democrático popular e de qualificar e intensificar a comunicação com a sociedade. Neste sentido, vem traçando e orientando as suas políticas referenciais e campos de ação de acordo com as demandas emergentes e necessidades inerentes ao processo de enfrentamento de uma conjuntura de retrocessos e agudização das desigualdades e injustiças sociais. Novo contexto, novos desafios, novas estratégias!

Neste cenário, inserem-se as parcerias com as agências de cooperação internacional, em especial as de cunho ecumênico, como a Pão para o Mundo, HEKS e Misereor, que historicamente apoiaram a CESE em sua missão e definições estratégicas. Há a expectativa de que mais uma vez a capacidade de compreensão da realidade e a postura solidária destas agências sejam traduzidas na continuidade de parcerias e formatação de projetos que considerem este momento crítico que vive a sociedade brasileira.

METODOLOGIA

🌀 **Objetivos da avaliação:** *i.* Avaliar a relevância ou pertinência, a eficácia, a eficiência, a sustentabilidade e os indícios de impacto da contribuição da CESE para a garantia do direito de comunidades rurais e povos tradicionais a terra, água e território, no período avaliado, em seus diversos campos de atuação – apoio a projetos, incidência

política, formação, diálogo e articulação, comunicação; *ii.* Apontar aprendizados e recomendações

☞ Elementos metodológicos: A metodologia baseou-se em uma abordagem consultiva e transparente envolvendo os atores e atrizes sociais que protagonizaram as ações em foco. Mais que uma avaliação externa, procurou-se facilitar e estimular as pessoas e organizações envolvidas a lançarem um olhar crítico sobre a contribuição da CESE para a garantia do direito à terra, água e território, no período avaliado, em seus diversos campos de atuação – apoio a projetos, formação, comunicação, diálogo ecumênico, articulação e incidência política.

☞ Procedimentos metodológicos: A avaliação foi realizada com base nas informações reunidas ao longo de um processo composto pelos seguintes elementos: *i.* Revisão/análise Documental; *ii.* Elaboração dos instrumentos de pesquisa e realização de 21 entrevistas e 3 grupos focais com organizações parceiras; *iii.* Observação direta; *iv.* Grupo focal com equipe da CESE; *v.* Tabulação e sistematização dos dados; *vi.* Síntese e análise dos dados; *vii.* Elaboração do Relatório da Avaliação.

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO

A pesquisa realizada, em particular junto às organizações e movimentos sociais parceiros, evidencia claramente que há uma unanimidade na avaliação positiva, havendo uma clara expectativa de continuidade das parcerias, aperfeiçoando as ações, metodologias e experiências exitosas. Cabe salientar a preocupação em relação à necessidade de se ampliar e consolidar o apoio ao processo de luta e resistência democrática no contexto de violações do Estado de Direito no Brasil, com a perda de conquistas sociais e agudização da criminalização dos movimentos sociais.

A seguir são elencadas as principais conclusões da avaliação partir da análise dos cinco critérios definidos no Termo de Referência: *i.* Pertinência e Relevância; *ii.* Eficácia; *iii.* Eficiência; *iv.* Impacto e *v.* Sustentabilidade.

☞ No contexto brasileiro atual, a luta pela defesa de direitos e manutenção de conquistas sociais torna-se ainda mais vulnerável, seja pela ofensiva do agronegócio, mineradoras, grandes empreendimentos que solapam os territórios das comunidades e povos tradicionais, seja pelo aumento vertiginoso da violência no campo e

criminalização dos movimentos sociais. Este cenário diminui a governabilidade das ações planejadas em DTAT, uma vez que não há controle sobre os agentes políticos envolvidos e as dinâmicas de poder predominantes. Ao mesmo tempo, há dificuldade de traçar estratégias de enfrentamento, pois muitas vezes falta capacidade e/ou condições para fazer projeção de cenários, desdobramentos e repercussões dos retrocessos em curso. Há a percepção coletiva de que conseguir fazer o contraponto à ofensiva dos setores que projetaram e sustentam o golpe, resistir ao avanço do ultraconservadorismo, denunciar a violação e perda de direitos, têm se constituído em resultados muito substanciais em DTAT. Reforça-se a necessidade de intensificar o apoio à resistência democrática, fortalecendo a ação articulada e planejada dos setores progressistas e populares da sociedade brasileira.

☞ A CESE tem atuado de forma sistemática e continuada em DTAT, sendo uma das políticas referenciais de maior intervenção e investimento institucional. Para tal, exercita a interlocução permanente com as organizações e movimentos sociais, identificando e reconhecendo suas lutas e pautas. Este exercício dialógico tem contribuído para balizar as definições estratégicas em DTAT, orientar os distintos campos de ação e subsidiar a priorização das crescentes demandas num contexto de perdas de direitos.

☞ A ação em DTAT envolve uma grande diversidade de atores sociais, facilitando a percepção do lócus e necessidades no campo popular e como os direitos estão sendo violados. Ao mesmo tempo, a vocação da CESE para lidar com o novo, lançando-se muitas vezes ao desconhecido, traz o interesse e abertura para identificar e atuar com temas e sujeitos políticos emergentes. Este ambiente plural oportuniza a interação e intercâmbio entre diversos segmentos no âmbito de DTAT, contribuindo para convergências e conexões, como o rural e o urbano, raça e juventude, reforma agrária e gênero, ecumenismo e luta indígena.

☞ O desempenho eficaz e eficiente que a CESE tem alcançado em DTAT está ancorado na sua capacidade institucional instalada – arcabouço programático sintonizado com os movimentos populares, equipe comprometida e competente, *expertise* em serviço de projetos, governança compartilhada, gestão transparente, – que a qualifica e habilita a apoiar parceiras estruturadas e de abrangência nacional, e, ao mesmo tempo, penetrar no Brasil profundo, identificando, valorizando e incentivando iniciativas de organizações locais à margem do circuito de mobilização de recursos.

☞ A CESE respeita a autonomia das parceiras na ação conjunta em DTAT, mas não se furta em assumir uma postura provocadora, pautando temas cruciais. A questão racial e o enfoque de gênero são constantemente apontados pela CESE no âmbito de DTAT, em suas parcerias no Serviço de Projetos, nos espaços de formação, articulação e incidência política, bem como nas ações de comunicação. Por considerar estas dimensões estruturantes da desigualdade e injustiças sociais, busca suscitar a reflexão e o debate, apoiando intervenções nestas esferas.

☞ A comunicação ocupa papel crucial na luta em DTAT, dando voz aos seus protagonistas na construção de narrativas que façam o contraponto ao monopólio midiático, valendo-se de novas abordagens, linguagens e instrumentos.

☞ Os pequenos projetos são um importante instrumento em DTAT, pois estão inseridos em espaços e dinâmicas de luta mais amplos, e muitas vezes têm funcionado como gatilhos facilitares que provocam e/ou impulsionam processos locais e territoriais. A *expertise* da CESE contribui para a identificação de propostas que se coadunam com esta perspectiva processual, que também se configura como uma importante estratégia de sustentabilidade.

☞ A formação é uma peça chave em DTAT, sendo uma importante ação no trabalho de fortalecimento das parceiras, havendo o incentivo e apoio às suas dinâmicas formativas, principalmente através dos pequenos projetos, fortalecendo a construção do conhecimento pelos agentes sociais enraizados territorialmente, repercutindo positivamente na ampliação das capacidades e competências na luta por direitos. Ao mesmo tempo, a CESE vale-se da sua *expertise* em educação popular desenvolvida ao longo de sua trajetória, ao mesmo tempo em que conta com o aporte de outras organizações com competências específicas.

☞ O *advocacy* ecumênico tem se constituído num importante instrumento de apoio à luta em DTAT, promovendo o engajando das igrejas na denúncia da violação de direitos e no apoio às lutas populares, em particular na disputa por território. As missões ecumênicas têm dado visibilidade a este engajamento, tendo repercussões no ambiente inter-religioso e no diálogo com a sociedade, fazendo o contraponto à ofensiva midiática que desinforma e criminaliza o processo de resistência e enfrentamento.

Os resultados positivos conquistados, unanimemente reconhecidos pelas parceiras da CESE, estão diretamente relacionados ao enfoque sistêmico adotado, articulando todos os campos de ação na intervenção em DTAT. Assim, se promove o entrelaçamento programático e metodológico, as conexões entre as lutas e pautas das organizações e movimentos apoiados, a complementaridade de projetos institucionais, a potencialização de recursos e a sustentabilidade. Aqui também estão peças chave da eficiência alcançada.

A relação entre a CESE e as parceiras é pautada na confiança e transparência, possibilitando que a gestão dos recursos concilie seriedade e flexibilidade, procurando-se desburocratizar e reconhecer as limitações e dificuldade das organizações e grupos locais em aspectos gerenciais e procedimentos contábeis. Ao exercer uma atitude pedagógica, a CESE contribui para a formação neste âmbito, ao mesmo tempo em que cria canais de comunicação permanentes para sanar dúvidas e orientar sobre os procedimentos e instrumentos de gestão.

Um aspecto central da sustentabilidade das ações e conquistas em DTAT é a construção de redes e articulações que contribuam para a resiliência dos processos e organizações diante do contexto de retrocessos, que tem levado ao reposicionamento das táticas de incidência política para a esfera da denúncia, resistência e confronto, ampliando os desafios para a viabilização de recursos.

O conjunto de ações que vêm sendo empreendidas em DTAT dependem de um processo continuado de mobilização de recursos. A CESE tem diversificado as fontes de financiamento e vem apoiando as parceiras na sua qualificação para também atuarem neste âmbito. A conjugação destes esforços tem gerado resultados, ainda que insuficientes diante da crescente demanda no espectro de intervenção na defesa de direitos. Assim, no atual cenário brasileiro, a sustentabilidade política e financeira é um grande desafio para as organizações e movimentos populares.

RECOMENDAÇÕES

Considerando: *i.* A conjuntura política de retrocessos e de violação e perdas de direitos, que exige uma maior atuação na resistência democrática; *ii.* Que o VI Encontro com Movimentos Sociais, realizado em 2017, identificou como principais desafios do momento político do país: a criminalização dos movimentos, o posicionamento do

judiciário e as violações de direitos humanos; *iii*. Que a conjuntura de corte orçamentário e diminuição da equipe têm dificultado a participação da CESE nos eventos políticos e estratégicos das parceiras.

Recomenda-se: Que a CESE amplie os espaços para aprofundamento da reflexão e análise coletiva em DTAT, juntamente com atores chave neste campo, visando orientar as estratégias e prioridades institucionais e a interlocução com agências e fontes financiadoras na configuração das demandas de apoio financeiro e político.

Considerando: *i*. Que a CESE está elaborando a Política Institucional de Raça; *ii*. que a pauta do racismo ainda é pouco presente em DTAT.

Recomenda-se: Que ocorra um reposicionamento das estratégias em DTAT incorporando concretamente a dimensão racial no conjunto das diretrizes e ações, ampliando a visibilidade e reconhecimento da sua posição central na configuração das desigualdades, buscando maior comprometimento com a questão racial junto às parceiras, agências de cooperação e futuras fontes de financiamento.

Considerando: *i*. a dificuldade de muitas organizações que atuam em DTAT no envolvimento e atuação com a juventude; *ii*. o surgimento de novos sujeitos sociais, formas de organização e expressão da juventude; *iii*. as parcerias e aprendizados neste tema;

Recomenda-se: Que a CESE amplie sua atuação com a juventude, considerando as iniciativas, experiências e dinâmicas já existentes, qualificando-se conceitual e metodologicamente para dialogar com as novas linguagens e com as pautas emergentes deste segmento social.

Considerando: *i*. Que a juventude urbana periférica vem disputando território e espaços de sociabilidade nos centros urbanos; *ii*. Que a CESE tem mantido o diálogo com os movimentos urbanos que fazem a luta pelo direito à cidade.

Recomenda-se: Agregar esta abordagem em DTAT, ampliando a interlocução e apoio às iniciativas de resistência e reconfiguração de ocupação e uso do território urbano, vislumbrando o potencial que este trabalho com a juventude pode ter na conexão com outras políticas referenciais, como a de Direito à Cidade.

Considerando: *i*. O papel estratégico que a comunicação ocupa na luta por direitos; *ii*. Que CESE assumiu a Comunicação como um campo de ação, desafiando-se a desenvolver um conjunto de processos, atividades e ferramentas voltadas para a

interlocução com a sociedade, interação e assessoria às organizações parceiras e influência de sujeitos políticos estratégicos.

Recomenda-se: Que a CESE avalie a importância e pertinência de ampliar o enfoque programático e o espectro da Comunicação: além da perspectiva de incidência na defesa de direitos pautadas pelos movimentos e organizações, na ação ecumênica e na esfera de sustentabilidade institucional, que a CESE aprofunde seu entendimento sobre a temática, intensificando e qualificando a interlocução e incidência nos espaços que debatem e atuam politicamente em prol da democratização dos meios de comunicação. Diante da influência e poder da mídia dominante, evidenciados cabalmente na construção do golpe e seus desdobramentos, é fundamental que a abordagem da comunicação, enquanto campo de atuação estratégico da CESE, incorpore o enfrentamento do monopólio midiático e seus desdobramentos na esfera de DTAT e de outros direitos.

Considerando: *i.* A demanda crescente por pequenos projetos e por projetos de maior complexidade e aporte orçamentário em DTAT; *ii.* a capacidade instalada e *expertise* na CESE no Serviço de Projetos.

Recomenda-se: Que a CESE amplie e aprofunde institucionalmente a discussão sobre este tema, qualificando o diálogo com as agências parceiras sobre esta demanda, além de prospectar novas fontes de financiamento que viabilizem esta proposta.

Considerando: *i.* A demanda latente de projetos produtivos no âmbito do Serviço de Projetos; *ii.* Que muitos projetos produtivos têm se mostrado como gatilhos para o empoderamento e qualificação da intervenção de organizações em DTAT; Que iniciativas produtivas de mulheres e jovens tem evidenciado seu potencial emancipatório, principalmente quando conjugadas com outras ações de espectro político; *iii.* que há visões distintas sobre o tema na equipe da CESE.

Recomenda-se: Que a CESE tenha um posicionamento institucional sobre esta questão, definido através do olhar acurado às propostas na esfera produtiva, avaliando o quanto as mesmas podem se coadunar às estratégias de DTAT.

Considerando: *i.* Que as agências Pão para o Mundo e Misereor reforçaram a parceria estratégica com a CESE e destacaram a importância das ações de incidência que a instituição vem realizando, especialmente na atual conjuntura; *ii.* a necessidade de uma incidência mais direta junto às agências que atuam no Brasil, na perspectiva de

fomentar um debate permanente diante da nova situação política do país e do quadro de criminalização que passam as organizações que atuam na defesa de direitos.

Recomenda-se: *i.* Elaboração de um Dossiê a partir do conjunto de pesquisas, estudos e análises recentes sobre os impactos do golpe no Brasil, evidenciando o aumento das desigualdades, da violação direitos e perda de conquistas sociais; *ii.* A elaboração uma pauta comum das organizações e movimentos sociais que atuam em DTAT para subsidiar a incidência planejada, articulada e qualificada junto às agências.

Considerando: *i.* Que o resultado da avaliação aponta a sustentabilidade como um estrangulamento para as organizações e movimentos que atuam em DTAT; *ii.* que o golpe eliminou o acesso das organizações que atuam com os segmentos populares aos recursos públicos, acirrando as limitações e desafios para a sustentabilidade das ações e conquistas; *iii.* que o movimento de retirada da cooperação internacional do Brasil ainda está em curso, restringindo o acesso aos recursos pelas organizações populares, ainda que pese o maior apoio da Pão para o Mundo e Misereor para as ações da CESE; *iv.* que as parceiras da CESE identificam a necessidade de qualificação para o entendimento e ação nesta esfera.

Recomenda-se: Que a CESE dê continuidade ao processo de formação interno e externo sobre este tema, configurando espaços e dinâmicas de intercâmbio de estratégias e boas práticas, qualificando o enfoque da mobilização de recursos e ampliando a abordagem da dimensão política e institucional na construção da sustentabilidade em DTAT e nas outras políticas referenciais.

Considerando: *i.* A necessidade de avaliar o impacto da ação da CESE e das parceiras em DTAT; *ii.* a complexidade em estabelecer relações de causa e efeito em função dos fenômenos sociais possuírem uma multiplicidade de causas; *iii.* que há carência metodológica na definição de indicadores em incidência política.

Recomenda-se: Desenvolver, experimentar, e/ou validar metodologias de avaliação de impacto, envolvendo organizações e movimentos sociais que protagonizam lutas e conquistas expressivas em DTAT.